

Economia e Democracia na Revista de Economia Política (1981-1985)

Fernando Antonio Faria

Líder GrPesq Laboratório de História Social da Economia (LAHSGE-UFF)

Líder GrPesq Laboratório de Estudos Republicanos (LER-UERJ)

O objetivo desta comunicação é analisar as discussões sobre os rumos da economia brasileira na primeira metade dos anos 1980, através da produção intelectual dos economistas reunida pela Revista de Economia Política, fundada em 1981 e mantida pelo Centro de Economia Política de São Paulo, tendo como diretor responsável Luiz Carlos Bresser Pereira e como patronos Caio Prado Jr., Celso Furtado e Ignácio Rangel.

Os marcos cronológicos são os anos de 1981 e 1985. O ano de 1981 distinguiu-se pela fundação da Revista de Economia Política, despontando no campo intelectual como um fórum de debates sobre os rumos e alternativas a serem implementados quando do retorno do País ao estado de Direito. O ano seguinte, 1982, reforça a afirmação das forças democráticas com a vitória da oposição nas urnas, apontando na direção da viabilidade de caminhos alternativos à condução da política econômica em nosso País. O marco final, 1985, é definido pelo fim do regime autoritário e pela viabilização de condições político-institucionais para a implementação das idéias econômicas formuladas ao longo da primeira metade da década.

A década de 1980 foi consagrada na historiografia como marco de intenso processo de estagnação econômica acompanhado de elevadas taxas de inflação, fruto do esgotamento das estratégias desenvolvimentistas, que simultaneamente agravava o quadro de concentração de renda e de aprofundamento das desigualdades sociais, o que pode ser percebido pelos analistas da cena contemporânea. O mesmo não acontecia, no entanto, no que tangia ao ajuste estrutural em curso. Consagrou-se a expressão “década perdida” para referir-se a este momento de crise persistente que parecia resistir às mais variadas experimentações de política econômica.

A produção intelectual de um seleto grupo de economistas profissionais reunido em torno da *Revista de Economia Política*, caracterizou-se por uma heterogeneidade de posicionamentos teórico-metodológicos e políticos, que refletia o amplo espectro de correntes no campo da oposição democrática à política econômica do regime militar. Esta pluralidade fica patente quando da análise dos perfis dos membros que compunham o seu Conselho de Direção: Carlos Lessa, Dércio Munhoz, Francisco de Oliveira, João Manuel Cardoso de Mello, João Sayad, Luiz Carlos Bresser Pereira, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer, Pedro Malan, Roberto Cajado Nicol e Yoshiaki Nakano. Com o retorno à democracia, passaram também a contribuir na condição de quadros dirigentes do Estado, participando ativamente nos sucessivos pacotes que assinalaram as numerosas reformas econômicas a partir daí.

A primeira edição da REP (Vol.1, n.1, Jan-Mar de 1981), traz a contribuição de Ignácio Rangel, um dos fundadores da economia política brasileira e patrono da revista, formulador da Teoria da Dualidade Básica da economia brasileira, integrante da Assessoria Econômica do segundo governo de Vargas, integrou os quadros do ISEB e teve uma participação destacada no BNDE na execução do Programa de Metas durante o governo de JK. É um representante da corrente independente no interior do pensamento econômico brasileiro e homem público com posições progressistas. Rangel no artigo “A Questão Financeira” a situa no centro da crise da economia brasileira. Isto porque o aparelho econômico se apresenta com um pólo de ociosidade e outro de anti-ociosidade, característica apontada pelo autor como típica dos ciclos Juglar ao longo do processo de desenvolvimento industrial brasileiro. Portanto, para Rangel, a transferência de recursos dos setores ociosos para os setores dinâmicos passaria necessariamente pelo serviço de intermediação financeira.

O quadro recessivo vigente seguido pela perda da capacidade de investimento do Estado, e obstáculos no campo institucional não resolvidos conformaram a dita

questão financeira. *“Por outras palavras, a retomada do ritmo de crescimento não resulta, essencialmente, do reinvestimento dos lucros de cada empresa, em sua própria expansão, mas do investimento, em um setor, de lucros originários da atividade de outros setores, trazendo implícita a questão dos meios e modos usados para captar diretamente, ou via setor Família, no pólo de ociosidade, o excedente econômico que surgirá como investimento no pólo oposto, isto é, no pólo da anti-ociosidade, ou área dos pontos de estrangulamento (...) Para desincumbir-se da missão que lhe é atribuída, o aparelho de intermediação financeira deve passar por uma reforma relativamente profunda. Afinal, a área do sistema econômico privilegiada para o campo de investimentos, convertida em pólo de ociosidade, deverá agora passar para a condição de formadora de excedente econômico”* (REP, Vol.1, n.1., Jan-Mar 1981, p. 32). O serviço de intermediação financeira, desta forma, deveria cumprir a tarefa de desfazer os gargalos existentes que impediam o trânsito de recursos entre os dois citados pólos, permitindo contornar as pressões inflacionárias surgidas ao longo do movimento cíclico de Juglar, característica marcante da história da economia industrial brasileira.

Uma visão discrepante a esta foi apresentada no número seguinte (Vol.1, n.2., Abr-Jun de 1981) por Luiz Carlos Bresser Pereira no artigo “A Inflação no Capitalismo de Estado (e a experiência brasileira recente)” no qual toma como ponto de partida o fato da inflação ter se tornado inerente ao funcionamento do capitalismo contemporâneo, que para ele se apresenta como capitalismo de Estado ou capitalismo tecnoburocrático, definido pela presença das grandes empresas e sindicatos, controlados por uma elite administrativa com elevados salários. Decorrente desta constatação, a inflação transcende sua dimensão tipicamente monetária, generalizando-se como fenômeno que passa a estar presente nos países centrais e não mais restrito à esfera do sistema econômico dos países subdesenvolvidos. Bresser destaca três processos inflacionários que dinamicamente interagem com a inflação estrutural. São eles: a inflação administrada, a compensatória e a corretiva. A primeira é decorrente da ação dos

atores econômicos com poder de mercado. A segunda é fruto da política de garantia da taxa de acumulação imposta ao Estado pela pressão dos grandes grupos econômicos. A terceira, tal como a expressão antecipa, surge em função dos desvios que emergem na condução da política econômica.

Vemos, portanto, nas análises de Rangel e Bresser pontos de aproximação. Bresser admite que a inflação é decorrente de causas monetárias, estruturais, administrativas e de demanda agregada que interagem, e conclui que uma única teoria explicativa da inflação, por mais abrangente que possa ser, é insuficiente para dar conta de um fenômeno tão complexo. Rejeita portanto a ortodoxia na medida em que ela se limita “(a) *liberar preços, juros, taxas de câmbio, e não apenas liberar, mas reduzir administrativamente (via inflação não corrigida plenamente) os salários; (b) eliminar rapidamente o déficit do governo, reduzindo despesas, preferivelmente aumentando impostos; (c) reduzir drasticamente a quantidade de moeda. Em consequência destas políticas, a economia deverá entrar em recessão, e o mercado dada a oferta agregada maior que a procura, encarregar-se-á automaticamente de obter as reduções de margens e preços* (Vol. 1, n.2, Abr-Jun de 1981, p. 37)”. É consensual que o combate à inflação passa necessariamente pela redução de lucros, juros, aluguéis e salários, mas o autor critica a política econômica ortodoxa pois na prática, a recessão provocada pela sua implementação recai mais intensamente sobre os salários. “A *política administrativa provavelmente garantirá ao sistema econômico taxas mais elevadas de crescimento econômico a médio prazo, além de lograr manter em níveis aceitáveis a inflação. Seu pressuposto é o de que qualquer política de controle da inflação só terá êxito na medida em que logre diminuir as resistências das empresas à redução de suas margens de lucro via controle de preços, e, ao mesmo tempo, permita que os trabalhadores limitem suas reivindicações salariais à manutenção do salário real mais o incremento médio de produtividade. Ora, dado o poder de mercado das empresas e o crescente poder de barganha dos trabalhadores, essas duas condições de controle da inflação serão muito mais facilmente atingíveis em uma economia em crescimento, que reduz a capacidade*

ociosa e aumenta o nível de emprego” (p. 39). Desta forma, Bresser expressa seu plano de combater a inflação sem prejuízo do crescimento econômico.

Este é um ponto comum a todos os colaboradores deste periódico no período estudado, e justifica a existência do mesmo, isto é, a busca de uma abordagem do fenômeno inflacionário que não se confundisse com os esquemas ortodoxos adotados pela política econômica do regime autoritário. O compromisso intelectual, num sentido mais amplo, político, do seletivo grupo reunido em torno da REP estava em elaborar visões alternativas à oficial que pudessem se traduzir em plano de combate à inflação com a manutenção de taxas mais elevadas de crescimento econômico a médio prazo. E esta preocupação encontrava respaldo em um quadro político-institucional de exaustão do regime autoritário e da perspectiva de uma transição para o Estado de Direito, com a passagem do poder para o controle civil, o que permitiu que esse período se transformasse em um verdadeiro laboratório de idéias concorrentes no processo de democratização da sociedade da época.

Em “Crítica ao Receituário Ortodoxo” (Vol.1, n.4, Out-Dez de 1981, pp. 71-86), José Serra elabora um inventário da política econômica em vigor, questionando-a item por item. Para ele, o ano de 1980 é o marco da exaustão da fase que sucedeu ao “milagre econômico”. Esta constatação se baseia na elevação da inflação, no agravamento do equilíbrio externo e no avanço da estratégia recessionista governamental, num quadro em que a produção apresentava um desempenho aceitável. *“A inflação é hoje a mais elevada de nossa História, atingindo nos últimos doze meses a casa dos 110% anuais. Projetando para um ano as tendências do último trimestre ou quadrimestre, ficaríamos em torno dos 120%. Trata-se de uma espiral inflacionária que, graças à força dos mecanismos de propagação e às expectativas, vai muito além do que poderia ser explicado por fatores do tipo pressões por demanda, ‘gargalos’ de oferta, conflitos distributivos ou choques externos. É preciso ter claro que, hoje, embora o combate à inflação centrado na eliminação de tais fatores pudesse atenuar a espiral inflacionária, de*

modo algum seria capaz de fazê-la retroceder significativamente à curto prazo” (p. 71).

Ainda que o autor reconheça que as orientações por ele apontadas criam condições favoráveis para a economia brasileira a médio e longo prazos, sem a incidência de custos sociais e políticos inaceitáveis, afirma a necessidade da mudança do padrão de desenvolvimento que vigorava nas últimas três décadas de modo a garantir uma elevada taxa de crescimento e fazer face ao aumento de investimento que se situa em um nível acima daquele vigente durante a industrialização ao longo da segunda metade do século XX. Desta forma, percebe-se um verdadeiro consenso em torno do esgotamento do padrão de acumulação por parte deste seleto grupo de intelectuais reunidos nas páginas da REP.

Mais uma expressão do pensamento econômico heterodoxo brasileiro foi dado por Yoshiaki Nakano em seu artigo “Recessão e Inflação” (Vol. 2. n.6, Abr-Jun de 1982, pp. 133-137). O alvo da crítica mais uma vez são os economistas neoclássicos que reiteram a necessidade de uma política monetarista como forma de controle da inflação. A ortodoxia neoclássica atribui a redução dos preços à redução da demanda via restrição monetária, o que, não obstante o fato de ser reiterado nos livros-texto tradicionais de Economia, não passa de um argumento ideológico que não encontra respaldo na experiência da economia do mundo real. O autor em suas breves notas não se limita a criticar tal visão. Argumenta que a recessão, além de recair de forma injusta sobre os setores competitivos e os trabalhadores, via perda de empregos e queda do salário real, não é eficiente forma de controle da inflação, pois os setores oligopolistas compensam a retração da demanda dos consumidores através da elevação dos preços. Além de injusta, é ineficaz.

Para uma inflação que a cada dia que passava se tornava mais rebelde à ação da política econômica, que assumia contornos políticos ameaçadores que levavam a um desgaste crescente o regime autoritário, Bresser Pereira e Nakano

propuseram a substituição dos choques ortodoxos implementados até então (vide 1981 e 1983), por uma “Política Administrativa de Controle da Inflação” (Vol.4, n.3, Jul-Set de 1984, pp. 105-125). O diagnóstico é um passo essencial em uma política de controle da inflação. Os autores reiteram os diversos tipos de inflações com os seus respectivos corretivos: *“se a inflação for de demanda, o controle monetário e/ou fiscal de demanda agregada será a política indicada; se a inflação for autônoma ou administrada, o mercado será imperfeito e portanto o controle de preços e a política de rendas serão o caminho natural; se a inflação for estrutural, será preciso conviver com a inflação ao mesmo tempo que se adotam medidas de longo prazo para reduzir os desequilíbrios estruturais”* (p. 105).

Ocorre que os mesmos reconhecem que o processo inflacionário nunca é produto de uma única causa, sendo resultado da interação entre tipos acima. Claro está que um deles predominará e a política a ser implementada deverá contemplar, portanto, o tipo de inflação predominante. No artigo os autores tomam como objeto central de suas reflexões a inflação autônoma ou administrada como a principal causa que deveria ser combatida pela política anti-inflacionária, visto que o fenômeno da estagflação é uma característica marcante tanto nas economias ditas desenvolvidas quanto no “subdesenvolvimento industrializado” nas últimas décadas do século XX, momento em que interagem alto desemprego e capacidade ociosa crescente. Assim, a política anti-inflacionária enunciada por Bresser e Nakano consiste em *“uma proposta de controle gradual da inflação via controles administrativos de preços e rendas, inclusive desindexação parcial e planejada de economia, combinada com medidas de redução do déficit público e da oferta monetária à medida que a inflação vai baixando. As políticas monetária e fiscal aparecem, assim, de forma subordinada, na medida em que a oferta monetária e o déficit público, quando a inflação é autônoma, são apenas fatores sancionadores da inflação”* (p. 123).

No quadro de uma inflação prolongada, como o caso brasileiro, a política gradual pregada pode não se efetivar. *“Nessas condições, uma política ‘heróica’ de*

controle administrativo de preços e de desindexação da economia pode ser a única alternativa adequada. É preciso ficar claro que não se trata do clássico ‘tratamento de choque’ dos economistas ortodoxos, já que não se pretende que a inflação autônoma seja liquidada através de violenta compressão de demanda, e conseqüente recessão. A ineficiência deste tipo de política já está demonstrada” (pp. 123-124). A política é ‘heróica’ pelo fato de ser de alto risco. O que se busca não é a recessão tal como os neoclássicos aspiravam, muito menos introduzir distorções de caráter distributivo ou alocativo. O risco reside na possibilidade de que esta política, visto a sua proposta radical, possa desorganizar o sistema econômico, atingindo frontalmente o sistema financeiro que, por um lado, é o maior favorecido, e por outro é a grande fonte de instabilidade no quadro de uma economia inflacionária. Os autores concluem, apontando na direção de que *“uma política heróica de combate à inflação só pode ser adotada quando a inflação saiu claramente do controle da política econômica convencional, ou quando a sociedade civil como um todo se convenceu de que as distorções causadas pelas altas taxas inflacionárias vigentes são mais do que os eventuais riscos da solução heróica”* (p.124).

Percebe-se claramente uma preocupação por parte dos autores de que a sua proposta tenha um respaldo no voluntarismo da sociedade, no sentido de uma ampla adesão ao projeto proposto, bem como no reconhecimento público da inflação como principal inimigo da retomada do crescimento da economia em bases estáveis. Nisto, como de resto, se diferencia de forma nítida das soluções empregadas pelo regime autoritário no tratamento da mais premente questão do período.